

SOCIOLINGUÍSTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA MATERNA E NÃO-MATERNA

Pessoa, Maria do Socorro – UNIR¹

RESUMO

O Brasil é constituído de pluralidades e diversidades, embora isso seja pouco considerado nos currículos de Língua Portuguesa. Mudanças dependerão da Formação de Professores no Curso de Letras, que pode exercer relevante percepção das diversidades pluri-linguístico-dialetais. Na Amazônia este é um grande desafio, devido à rica sociodiversidade dos indígenas, com línguas e culturas específicas, e das culturas caboclas ribeirinhas e rurais. Este mosaico sócio-linguístico-cultural está nas salas de aula, contrastando com o desejo de muitos professores em trabalhar com um grupo homogêneo, em condições de aprendizagem idênticas, que deixa para fora da sala de aula as marcas de suas diferenças.

Palavras-Chaves: Formação de Professores, Língua Portuguesa, Sociolinguística.

ABSTRACT

Brazil is composed of plurality and diversity, although this is rarely considered in the curricula for Portuguese language. Changes depend on the Teacher Education Course of Languages, which can exert significant perception of diversity multi-language-dialect. In Amazon this is a great challenge, due to the rich social diversity of indigenous languages and cultures with specific crops and mestizo riverine and rural areas. This socio-cultural-linguistic group is in the classrooms, in contrast to the desire of many teachers to work with a homogeneous group, in identical conditions for learning, which leaves out of the classroom marks of their differences.

Key Words: Teacher Training, Portuguese, Sociolinguistics.

1. Língua, Pesquisa Sociolinguística e Formação de Professores.

As pesquisas desenvolvidas pelos professores e alunos de muitas Universidades Brasileiras, especialmente dos interiores do Brasil e que são, muitas vezes, as únicas instituições públicas de Ensino Superior local, por mais que busquem dialogar com a comunidade, acabam restritas aos muros da Universidade, sendo divulgadas, quase sempre, apenas pelos pesquisadores em congressos e em outros eventos científicos. Assim, não chegam ao conhecimento da sociedade civil brasileira que, em grande parte, especialmente no interior do país, desconhece o relevante trabalho desenvolvido pelos docentes dessas Instituições. Este texto pretende difundir e popularizar sugestões de pesquisas e interdisciplinaridades possíveis advindas de investigações realizadas pelo Grupo de Pesquisa “GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas Sociolinguísticas e Sócio-Culturais”, com investigações realizadas em Cursos de Graduação, bem como de *Strictu Senso*, na/da Universidade Federal de Rondônia, a partir do Campus de Vilhena.

Os Pesquisadores do GEPS, como é academicamente conhecido o Grupo de Pesquisas, bem como estudantes dos diversos cursos aos quais estão vinculados os trabalhos do GEPS, concretizam, neste momento, uma investigação que apresentará um **Mapeamento das Línguas, Linguagens, Saberes e Modos de Fazer dos Povos do Cone Sul de Rondônia: Pesquisa Sociolinguística em Língua, Cultura e Sociedade**. A partir deste grande projeto de investigação, subprojetos diversos surgiram e surgem, quer dos próprios pesquisadores, quer dos estudantes, especialmente daqueles agraciados com Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), ou de Projetos de Pesquisa e Extensão (PIBEX). Nesse sentido, como Líder desse Grupo de Pesquisas, dedicamo-nos a pesquisar as marcas Sociolinguísticas e Sócio-Culturais dos Povos do Cone Sul de Rondônia, as quais, acredita-se, parecem ser relevantes instrumentos de estudos nos Cursos de Formação de Professores, uma vez que serão esses futuros Professores os agentes que poderão considerar tais marcas para transformar, se necessário, algumas Práticas Didático-Pedagógicas nas Escolas Públicas locais. Considera-se a Formação de Professores uma ferramenta essencial da necessária articulação entre vida, escola e sociedade. Questiona-se em que medida os Cursos de Formação de Professores estão comprometidos com uma formação real, que considere a população local, investigando suas Línguas, suas Linguagens, os Saberes e os Modos de Fazer que os identificam. Acredita-se ser necessário pesquisar-se

¹ Doutora em Sociolinguística (UNICAMP), Pós-Doutora em Didática e Tecnologia Educativa (AVEIRO-PT), Docente e Pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Vilhena, e-mail: sopessoa@gmail.com

sobre as Línguas utilizadas uma vez que, na região Amazônica, a Língua Portuguesa está em intenso contato com as línguas indígenas, com diversos dialetos da Língua do Brasil, tendo em vista que a Amazônia recebeu, em sua colonização, migrantes e imigrantes de diversas partes do país.

Quando o trabalho refere-se à pesquisa sobre as Linguagens, significa dizer que, além dos dialetos de Língua Portuguesa, trazidos por migrantes e imigrantes há, ainda, uma imensa variação dialetal resultante das falas de populações Ribeirinhas, populações remanescentes de Quilombolas, falas Indígenas, entre outros. Acredita-se que essa imensa heterogeneidade linguística, social e cultural traz marcas culturais que, se consideradas, podem transformar as Práticas Pedagógicas do Ensino-Aprendizagem Formal, inclusive conduzindo à uma reflexão sobre os Currículos Escolares. Acredita-se, portanto, que os Cursos de Formação de Professores são os espaços prioritários dessa discussão. Objetiva-se, nesta investigação, pesquisar sobre o modo como as Línguas (Língua Portuguesa, Línguas de Imigrantes e Línguas Indígenas), as Linguagens, (Dialetos em contato: Quilombolas, Dialetos da Língua Portuguesa, Dialetos dos Migrantes e dos Imigrantes, Dialetos de Línguas Indígenas, etc), os Saberes e os Modos de Fazer, que representam a Cultura local, aqui denominados fenômenos linguísticos-sociais, são considerados nas Práticas Didático-Pedagógicas das Escolas Públicas freqüentadas pelos povos que habitam essa região, com foco especial no Município de Vilhena, uma relevante cidade no Cone Sul do Estado de Rondônia, também conhecido como o Portal da Amazônia.

A pesquisa proposta visa, inicialmente, favorecer, não só o registro histórico-linguístico e sócio-cultural da população do Cone Sul de Rondônia, mas, também, utilizar os dados pesquisados para apresentar propostas alternativas de ensino-aprendizagem que considerem a imensa heterogeneidade linguística e cultural existente na região.

A hipótese motivadora, que qualifica esta pesquisa, supõe que, apesar do ambiente particularizador da região Amazônica, especialmente do Estado de Rondônia, o Ensino Formal, das mais diversas áreas do conhecimento, mantém uma homogeneidade contínua, focado, quase sempre, apenas nas teorias universais, nem sempre integrador e voltado à realidade específica do ambiente Amazônico. Nesse sentido, a pesquisa do GEPS pretende responder à seguinte questão nuclear:

“As práticas Didático-Pedagógicas das Escolas Públicas de Vilhena consideram a imensa diversidade e heterogeneidade social, linguística, e cultural desta região Amazônica, como instrumentos reais para o Ensino-Aprendizagem Formal?”

Obviamente, ao pesquisar sobre esta questão, outras perguntas apresentar-se-ão como pistas de causas e razões que, porventura, confirmem a hipótese da pesquisa, tais como:

- a) Os Cursos locais, de Formação para a Docência, propiciam que os futuros professores produzam Políticas Didático-Pedagógicas transformadoras e integradoras da valorização do Outro e do “modo de ser” de Vilhena?
- b) Os Saberes e Modos de Fazer, locais, constam como instrumentos de ensino-aprendizagem nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas Públicas de Vilhena?
- c) As grades curriculares da Educação Pública Formal contemplam tópicos e/ou disciplinas de Ensino Aprendizagem que valorizem os Saberes locais, a Cultura diversificada de migrantes, imigrantes, quilombolas e indígenas?

Acredita-se que é absolutamente relevante discutir, nos Cursos de Formação de Professores, propostas alternativas de Ensino-Aprendizagem que incluam a diversidade e heterogeneidade social, linguística e cultural do Cone Sul, como instrumentos a serem utilizados nas metodologias do Ensino Formal da região. Sugere-se, portanto, que os Cursos de Formação de Professores, especialmente de professores para a Educação Básica, propiciem meios para que se possa pesquisar as marcas sociais, linguísticas e culturais com vistas a transformar e subsidiar as práticas Didático-Pedagógicas das escolas Públicas Rondonienses, nos mais diversos níveis do Ensino Básico, com informações que possam transformá-las rumo à valorização da Cultura, dos Saberes Regionais, das manifestações linguísticas locais e do Meio-Ambiente particularizador desta região Amazônica. Além disso, acredita-se ser relevante que tais cursos de Formação de Professores também se interessem por pesquisar as manifestações culturais, as variações linguísticas, a educação escolar local e todos os fatos sócio-culturais que mantenham aproximação com o tema da Educação e da Formação dos Professores que serão por ela responsáveis. Assim, sugere-se pesquisar quais são os Saberes e os Modos de Fazer tais saberes para que se divulgue as particularidades sócio-culturais do povo de Vilhena e para que a Educação Formal das escolas Públicas locais possam utilizar a pesquisa para transformar suas Práticas Didático-Pedagógicas.

Acredita-se que, é no Curso de Formação de Professores que se torna possível viabilizar propostas alternativas de Ensino-Aprendizagem para a Educação Formal, que incluam a diversidade e heterogeneidade sócio-linguístico-cultural existente, num trabalho de interdisciplinaridade que se faz necessário e urgente. Acredita-se, também, que os Cursos de Formação de Professores podem incentivar, assim, a Valorização do Outro, além de possibilitar a formação de pesquisadores por meio da integração de docentes e estudantes das áreas de Educação Linguística, (Letras) e de Ciências da Educação (Pedagogia), na Universidade Federal de Rondônia.

Quanto à Metodologia para o trabalho como um todo, a abordagem centra-se na Pesquisa Bibliográfica, para embasamento Teórico, da Sociolinguística, em estudos de Língua, Cultura, Educação e Sociedade. A Pesquisa de Campo é do tipo Pesquisa-Ação, Qualitativa, através de questionários, entrevistas, e do registro de dados coletados em Diário de Campo. Os compêndios de questionários e entrevistas são registrados em fitas gravadas e catalogadas por temas de pesquisa. Quanto à localização do *corpus objeton* da pesquisa, o público-alvo é a população estudantil, professores de Ensino Fundamental, do Ensino Médio e de Cursos de Formação de Professores, no nível de Graduação. A pesquisa tem seu conteúdo digitalizado e anotado em fichas criadas para esse fim, ficando o material à disposição de quaisquer pesquisadores. Quanto à metodologia adotada nas discussões internas ao grupo envolvido com a pesquisa, colaboradores convidados e colaboradores responsáveis por tópicos da pesquisa sobre Línguas, Linguagens, Cultura, Saberes e Modos de Fazer em Vilhena, a opção tem sido por reuniões mensais para estudos sobre a coleta e análise dos dados coletados, tomando-se por base a manifestação das práticas representadas em usos linguísticos, atitudes linguísticas, educação, imagens, discursos e interpretações. Entende-se que a percepção desse construto só se ocorre num contínuo de idas e vindas ao campo de pesquisa, com constante Análise-Qualitativa, reproduzindo manifestações e características dos grupos sociais em contatos, dos dialetos que registram a história social, das marcas sociais, linguísticas, culturais e educacionais que encontram-se no intercâmbio das relações diversas e contínuas. A partir da Metodologia anunciada, as estratégias de ação m delineiam-se em etapas assim compreendidas:

a) levantamento de todo e qualquer texto (independente do gênero, da fonte ou local de publicação) que integre ou faça referência ao Cone Sul de Rondônia;

b) classificação dos textos encontrados, tomando-se por base critérios da Pesquisa-Ação-Qualitativa que assegurem sua real contribuição para se compreender a(s) língua(s), as linguagens, as culturas, os saberes regionais e as práticas sobre tais saberes;

c) realização de entrevistas com amostras da população “corpus”, objetivando coletar marcas culturais, marcas linguísticas e manifestações dos chamados grupos sociais frequentadores das Escolas Públicas locais;

d) análise de identificação linguística, análise dos saberes manifestados, análise das atitudes linguísticas, com a finalidade de estabelecer prioridades na fase de descrição que conduz ao resultado de pesquisa em andamento;

e) registro final dos dados coletados em fichas específicas para cada grupo pesquisado;

Quanto à organização dos dados pesquisados, para que possam ser utilizados e (re)atualizados em turmas diversas dos cursos de Formação de Professores, utiliza-se os seguintes modos de classificação:

a) por nível de ensino;

b) pelos saberes localizados;

c) pelos modos de fazer tais saberes;

d) pela relevância das línguas, das culturas diversificadas e dos saberes na formação cultural do povo e do local;

e) pelos tópicos detectados, durante a pesquisa, de que a Cultura, a Língua, a Linguagem, os Saberes e os Modos de Fazer, constam, (ou não) de algum modo, das grades curriculares dos cursos e dos níveis de Ensino pesquisados;

Se o Curso de Formação de Professores adotar a postura reflexiva que aqui propomos, de pesquisar, discutir e refletir sobre as marcas Sociais, Linguísticas, Culturais, os Saberes e os Modos de Fazer que identificam a população do Cone Sul, provocará um impacto científico imensurável junto à Educação Pública local, uma vez que fará a relação pesquisa/Ensino Público Formal. Ao subsidiar as Práticas Didático-Pedagógicas dessa Educação Formal, provocará grande impacto científico, inclusive, inicialmente, junto à Educação Linguística da população escolar. De grande contribuição científica será, também, a oferta de propostas e metodologias alternativas de ensino-aprendizagem embasadas na pesquisa realizada pelos futuros professores do curso de Graduação. Além disso, a pesquisa propiciará a publicação de textos acadêmicos, científicos e outros, de circulação acessível à população local. Será, também, de grande contribuição

científica a realização de eventos sobre o tema, como seminários, fóruns, encontros e congressos, visando também aos impactos sociais que uma pesquisa dessa natureza pode oferecer, inclusive pela inovação proposta durante a formação dos futuros professores. Tratando-se de um Projeto de Curso de Formação de Professores que envolve, a Cultura, a Educação, a Sociedade e os Saberes dessa Sociedade, a própria pesquisa, por si mesma, já provocará um impacto tecnológico. Considerada a área de aplicação, a região em que estará situada tal pesquisa, a qualidade e a quantidade de informações que poderá disponibilizar sobre seu objeto, o impacto tecnológico do Curso de Formação de Professores será ainda mais relevante porque envolverá pesquisas, pesquisadores e outros sub-projetos de pesquisa de Iniciação Científica, inclusive, porque necessitará considerar os reflexos do contato com elementos da tecnologia da informação e com modelos computacionais para organizar e quantificar dados. Nesse sentido, o impacto tecnológico seria também social, pois o que faz a diferença com relação ao conhecimento hoje é a capacidade de transmiti-lo, e ao transmiti-lo a capacidade de se alcançar o maior número de interlocutores. Como suporte, a pesquisa realizada pelos Professores e futuros Professores do Curso de Graduação, de Formação para a Docência, poderia utilizar-se de um sistema de automação de acervos, que permitiria a consulta na base ou em rede de computadores, pelo acesso à Internet, em sítios elaborados e definidos no Projeto do Curso de Formação de futuros professores da Educação Básica. O resultado, como se vê, seria a comunicação científica instantânea e atualizada, com forte poder de interferência e de incentivo para a (re)visão de Cursos de Formação de Professores mais condizentes com a realidade do Portal da Amazônia. .

A Formação de Professores proposta pretende identificar e analisar os elementos locais e externos que contribuíram ou contribuem para a identidade social, linguística e cultural no Cone Sul de Rondônia. Acredita-se que isso poderá contribuir para a formação do pensamento interessado em uma sociedade mais valorizada, resultante do processo de formação educacional que vise, sobretudo, à humanização, buscando-na na interdisciplinaridade de conteúdos formais. Vale ressaltar o impacto social de subsidiar outros programas de Educação Formal, de Educação Linguística, de Educação Cultural e de divulgação histórico-sócio-cultural como estratégia para desenvolver a Identidade Linguística, os Saberes e Modos de Fazer, além de suscitar reflexões que levam à elaboração de Políticas Públicas para a Educação Formal e para a Educação Linguística. Acredita-se que a interdisciplinaridade construída por um Curso de Formação de Professores assim delineado, estaria sempre embasado em critérios que promovem a democratização da Língua, das Linguagens em contato, da Educação Formal e das manifestações culturais particularizadoras da região Amazônica, especialmente quanto ao Meio Ambiente. Embora não ofereça impacto ambiental direto, a execução do projeto de Formação de Professores proposto contribuirá para manter em evidência os temas regionais do Cone Sul de Rondônia, entre os quais a questão ambiental presente no material a ser pesquisado (Línguas, Linguagens, Saberes e Modos de Fazer) é relevante.

Um Curso de Formação de Professores que estudasse as **MARCAS SOCIAIS, LINGUÍSTICAS E CULTURAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO DE PRÁTICAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NO ENSINO FORMAL**, seria desenvolvido sob a coordenação dos Chefes dos diversos Departamentos que os abrigam. Tal coordenação estaria sob a responsabilidade de Departamentos envolvidos com Estudos Lingüísticos, Literários, com sua equipe de professores, em parceria com professores de Cursos de Pedagogia, de Departamentos envolvidos com Ciências da Educação visando, assim, a Formação dos futuros Professores da Educação Básica como um todo. Propõe-se uma escolarização condizente aos povos Amazônicos e/ou Amazônidas, cujas Marcas Sociais, Linguísticas e Culturais, precisam integrar os Currículos das Escolas Públicas, povoadas por crianças e jovens filhos(as) de migrantes, imigrantes, remanescentes de quilombolas, indígenas de diversas etnias, entre outros.

Acredita-se, na produção de referências sociais e na transmissão de conhecimentos como eixos articuladores de sentidos e significados para uma população de características especiais como a que ora torna-se o objeto desta reflexão. Estudar as marcas identitárias de tal população pode ser uma oportunidade de contribuir para com o ensino da leitura, da escrita, da matemática, da história, e das particularidades dessas pessoas, dos seus conhecimentos, das suas sensibilidades, da sua cultura em geral, e, dos seus Modos de Fazer, como um todo, quase sempre abandonados pelos currículos do Ensino Formal.

O embasamento teórico em Paulo Freire, Morin, entre outros, são referências bibliográficas/reflexivas, que pretendem comprovar a necessidade de articular a vida com a escola, descrevendo e analisando os fenômenos que perpassam a cultura escolar formal. Nesse sentido, a interdisciplinaridade proposta seria para socializar, divulgar e valorizar os sujeitos e os seus conhecimentos, almejando-se, finalmente, que tais sujeitos e conhecimentos tornem-se valiosos, valorados e valorizados pelas práticas escolares.

2. Uma Formação de Professores para cumprir a Lei e para dizimar desigualdades Sócio-Linguístico-Educacionais

De acordo com os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), documento em vigor para a orientação dos conteúdos curriculares no Ensino Fundamental Brasileiro, cabe ao professor desenvolver atividades onde os alunos produzam o próprio conhecimento, **respeitando os diferentes modos de falar** (grifo nosso). O fato é que, se a escola não tomar para si a tarefa de promover a aprendizagem, os procedimentos eficazes tanto da fala como da escrita, em contextos mais formais, além de não produzirem efeito algum, tornam-se instrumentos de preconceito linguístico. Mas, se o professor da sala de aula não aprendeu sobre Preconceito Linguístico como vai solucionar os problemas de conflitos linguísticos na sala de aula? Portanto, como explicar e justificar que, no grande Brasil, especialmente em terras de grande contato linguístico entre migrantes/indígenas/imigrantes, em lugares como o Estado de Rondônia, só para dar um exemplo, haja Cursos de Letras e de Pedagogia que jamais se debruçaram sobre os PCNs de Língua Portuguesa para estudar como aplicá-los criteriosamente? Não falamos aqui da “Leitura dos PCNs”. Tal leitura tem ocorrido sempre e já se criaram até movimentos denominados “PCNs em Ação”, entre outros. Mas não basta refletir sobre o que dizem os textos dos PCNs. Os Cursos de Formação de Professores precisam discutir as práticas pedagógicas, as ações didáticas sugeridas pelos PCNs de Língua Portuguesa. Como o futuro professor de Língua Portuguesa das Séries Iniciais poderá aplicar as ações didáticas sugeridas pelos PCNs de Língua Portuguesa se os cursos de Formação de Professores de Língua Materna os relegam e os renegam muitas vezes?

Nossas observações e pesquisas nos levam a concluir que muitos cursos desses aqui citados comportam-se como se não soubessem que o PCN de Língua Portuguesa representa, e é, uma das Políticas Linguísticas da Nação Brasileira e que a publicação do mesmo é resultado do trabalho de grandes pesquisadores-professores-educadores-intelectuais, das melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil, muito antes de sua publicação. Que dizer, então sobre os estudos a respeito da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, a qual nem mencionada é em muitos cursos de Pedagogia e/ou de Letras, conforme comprovam os resultados da nossa investigação? E não nos esqueçamos: quem “autoriza o funcionamento” e quem “reconhece” a qualidade e continuidade de tais cursos é o mesmo MEC que publicou, divulgou e entregou para as Instituições de Formação de professores os “Referenciais para Formação de Professores” da Educação Infantil e dos primeiros quatro anos do Ensino Fundamental Brasileiro. É incontestável, portanto, que há aqui um ponto para refletirmos sobre as Políticas da Educação Fundamental no nosso país.. Ou tais políticas não são para todo o Brasil.

Se olharmos, atentamente, para o Art. 30 da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, encontraremos uma séria afirmação: “A língua e a cultura de cada comunidade linguística devem ser objeto de estudo e de pesquisa em nível universitário” (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos-Art. 30). Se há, e há, cursos de Formação de Professores para a Educação Infantil e para os primeiros quatro anos do Ensino Fundamental que não cumprem a legislação linguística, e mesmo assim são “reconhecidos” pelo MEC, e nunca por ele questionados, então temos ainda mais problemas a serem resolvidos pelos que “cuidam” das Políticas de Educação Fundamental, a não ser que o MEC ainda não tenha “percebido” o quanto se contradiz em uma dessas políticas, que é a Formação de Professores para esse ensino. Insisto em afirmar que aqui falo do Brasil “esquecido” pelo MEC.

Os cursos de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental aos quais nos referimos precisam compreender que a Educação Escolar e, no interior desta, a Educação Linguística, fazem parte, hoje, da pauta de discussão de vários setores sociais, em várias nações. A ela se referem os editorialistas e os jornalistas, os homens e as mulheres do governo, os industriais, os sindicalistas, jovens, adultos e, principalmente, os Professores de Língua Portuguesa como peça-chave para o desenvolvimento econômico e social, político e cultural, e, muitas vezes, moral e cívico dos povos espalhados pelos continentes e espaços dessa língua. Mas não apenas isso: defende-se que a escola, com a sua língua de transmissão de conhecimentos, é uma das peças fundamentais para a solução dos problemas dos países, pois é nela que os cidadãos recebem sua educação sócio-formal. Dentro desse contexto gostaríamos de destacar o papel que a Formação de Professores de Língua Portuguesa representa/pode representar na formação dos cidadãos.

Em terras de grandes processos migratórios, como é o caso do Brasil, inicialmente, e do Estado de Rondônia particularmente nossa área de maior interesse investigativo, há licenciados em cursos de Formação para professores das Séries Iniciais que não se consideram professores de Língua Portuguesa. Consideram que o ensino da Língua compete apenas aos licenciados em Cursos de Letras. Ora, os concursos para

professores, muitas vezes e em muitos locais do país, exigem que os candidatos tenham Formação em Pedagogia, o que impede os licenciados em Letras de participarem como candidatos ao ensino das quatro primeiras séries.!

Acredita-se que, se o curso de Formação de Professores insistisse em estudos da história dos contatos linguísticos quem sabe submeter-se-ia a uma reanálise para descobrir a intervenção de políticas linguísticas muitas vezes encobertas. O mesmo vale para incluir, nesses cursos, disciplinas de estudos de sociolinguística, de bilinguismo, da etnografia da comunicação, da sociolinguística interpretativa, da linguística aplicada ao ensino da Língua Portuguesa, que identificam os mecanismos concretos da interação verbal, do uso das línguas e dos dialetos em condições de dominação, de modo que o futuro professor dessas crianças fosse preparado para interpretar dados em termos de forças sociais, das ideologias e da maneira como são exercidos ou violados os direitos linguísticos das populações de suas salas de aula. Assumimos que violar os direitos linguísticos é violar os direitos de cidadania. Insistimos que o espaço e momento propícios para essas discussões, pesquisas e definições de políticas linguísticas, que visem ações didáticas produtoras de conhecimentos reais sobre a nossa Língua, um dos instrumentos do nosso exercício de cidadania, é o Curso Superior de Formação de Professores. Com professores de Língua Portuguesa (e o são os das séries iniciais do Ensino Fundamental) formados nesta perspectiva, da língua como instrumento de luta de seus usuários, poderíamos mesmo confirmar que a língua do falante tornar-se-ia seu instrumento de exercício de cidadania, seu instrumento de interpretação da democracia, um dos seus instrumentos de melhor qualidade de vida em qualquer parte do Brasil, inclusive no Portal da Amazônia. Note-se que exemplificamos, e é simplesmente um exemplo, apenas quanto às reflexões necessárias para o ensino da Educação Língua.

3. Reflexões

Este texto resulta, como já citado, de investigações, leituras, observações e perspectivas amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB 9394/96 - e de três importantes Documentos Oficiais que norteiam (ou deveriam nortear) a reflexão para formar os futuros professores da Educação Básica do Brasil:

1. Referenciais para a Formação de professores;
2. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNs);
3. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

Acredita-se que já não é possível omitirmo-nos de denunciar o não cumprimento dessas valiosas Diretrizes Educacionais e, ao mesmo tempo, insistir para que as mesmas sejam lidas, refletidas, interpretadas e associadas às teorias e práticas dos Cursos de Formação de Professores, espaço que consideramos propício, relevante e privilegiado para determinar Políticas Linguísticas, Concepções de Linguagem e Ações Didáticas para as salas de aulas do Brasil. É preciso que, não só a Sociedade Brasileira, mas também o Ministério de Educação do Brasil, acreditem que, o Curso de Formação de Professores para o Ensino Básico tem o compromisso de preparar os futuros professores para saberem construir Concepções de Língua, Concepções de Linguagem, Conhecimentos Sociais, Políticas Linguísticas, Valorização do Outro e, entre milhares de outros tantos, saber atitudes que favoreçam o ensino de crianças e jovens das regiões interioranas do Brasil. Será sonho? Ficção? Não, nem sonho, nem ficção. Manifestam-se aqui as experiências que lutam pela extirpação de cursos de Formação de Professores arcaicos, corroídos, desatualizados, elitizados e pretenciosos, além de desrespeitadores da realidade social que os cercam.

4. Educação Linguística, Educação e Cidadania

O caminho para o exercício pleno da cidadania passa, necessariamente, pela Educação, embora não possa ser garantido por ela, uma vez que, nesse campo, é preciso considerar as inúmeras relações, especialmente as chamadas “relações econômicas” e “relações políticas”, sempre determinantes das desigualdades sociais e grandemente influenciadoras no processo de Educação Linguística.

No campo da Educação Linguística, a plena cidadania exige o domínio de inúmeros gêneros do discurso, especialmente os secundários e públicos, e, exige também, profundo conhecimento das relações existentes entre Língua, Cultura e Sociedade, o que confere à área de Língua Portuguesa um papel de destaque no cenário educacional atual. É necessário admitir que a população que vive em centros urbanos ou que de alguma forma deles não pode prescindir precisa dominar a arte de ler e de escrever, pois, na grande maioria desses centros, as relações sociais são atravessadas pela escrita, o que faz com que o seu não domínio possa dar origem a preconceitos sócio-linguístico-culturais. Porém, há um grito quase imperceptível, porque aparentemente distante, de que estamos “produzindo” analfabetos funcionais. As

vozes se levantam para bradar que os jovens deixam o Ensino Fundamental e Médio sem saber ler, sem saber escrever, sem saber interpretar ou argumentar, enfim, sem saber expressar-se, quer oralmente, quer por escrito. Nesse sentido, parece oportuno dialogar sobre e com a Formação de Professores para o Ensino Básico, e, também, a Formação de Professores de Língua Portuguesa, sem excluir os demais educadores, sem o que a prática de sala de aula não sofrerá mudanças substanciais na direção pretendida. Mais especificamente, dentro de seu campo aplicado – a Formação de Professores de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Médio (Ensino Básico) – é preciso investir em trabalhos que pretendem contribuir para os níveis de concretização previstos pela escola pública e perspectivado positivamente pela sociedade em geral, no que diz respeito à análise de alguns pontos das propostas curriculares de âmbito nacional e estadual. Não se pode fugir à discussão sobre a construção de programas curriculares da área de Língua Portuguesa no âmbito escolar e à análise de questões relativas aos materiais didáticos, nível da realização do currículo em sala de aula -, a partir da assunção do estudo de metodologias para os questionamentos sobre a fala e a escrita como objeto de ensino/aprendizagem, tal como apontado pelos documentos da área de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental e Médio (LDB, PCNs, entre outros).

As duas últimas décadas do século passado (século XX) foram marcadas pela crítica ao chamado “ensino tradicional”, o que não significa que ele ainda não esteja presente num grande número de práticas de salas de aula brasileiras. Embora este termo se refira a diferentes práticas e signifique encaminhamentos diversos, há um certo acordo sobre o fato de que, do ponto de vista metodológico, este supõe uma “transmissão frontal de conhecimento”, que toma o professor como provedor do saber e o aluno como um receptor passivo, que apreende conteúdos e, no que diz respeito ao ensino da língua, trata-se de um ensino centrado na aquisição do código e da gramática. Em oposição a isso, a partir do final da década de mil novecentos e setenta, com o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de Linguística Aplicada, Educação, Psicologia e áreas afins, assistimos ao advento de teorias e modelos teóricos que incluíam os sujeitos envolvidos, passando a se considerar, assim, além de questões ligadas ao ensino, também as de aprendizagem. Não se tratou somente de uma mudança paradigmática, centrada em outras possibilidades de visão do objeto e do processo de ensino-aprendizagem que critica aspectos do paradigma anterior, mas, principalmente, de uma mudança fundada na constatação, fruto de diversas pesquisas, da ineficiência da simples apropriação do código para uma efetiva aprendizagem da linguagem escrita ou para a construção de sujeitos devidamente alfabetizados.

Dessa forma, faz-se urgente contribuir para o desenvolvimento da Formação de Professores para o Ensino Básico, particularmente dos professores que ensinam Língua Portuguesa, ou daqueles que trabalham em ambientes pluridialectais, como é o caso do Estado de Rondônia, Portal da Amazônia, a partir de projetos na área de Língua Portuguesa articulados em torno da diversidade linguístico-cultural existente na região. E, para tanto, urge contemplar vários níveis de concretização, de uma forma descendente, partindo da História da Formação da Língua Portuguesa, das pesquisas bibliográficas, das entrevistas com alunos-professores em cursos de Especialização e de Mestrado, rumo à sala de aula.

Na nossa prática com Formação de Formadores, vimos há algum tempo, percebendo por conta própria, ou através do depoimento de professores, ou ainda da discussão e troca com outros formadores, uma série de questões que se colocavam diante da tentativa de implementação de um trabalho que tomasse a Formação do Professor de Língua Portuguesa como objeto de reflexão para a qualidade desse ensino junto às escolas da rede pública. Ao mesmo tempo, imaginamos uma Formação de Professores que possibilite visualizar, nesse futuro docente, um perfil em que se cruzam as dimensões pessoal, cognitiva e cultural da profissionalidade. Assim, decidimos tentar organizar esse rol de pesquisas e reflexões e, ainda que não tenhamos respostas para muitas situações, julgamos que a discussão sobre elas e a indicação de possíveis caminhos para sua resolução possam contribuir para uma concretização mais efetiva da perspectiva de trabalho anunciada: produzir mudanças qualitativas na Formação de Professores de Língua Portuguesa.

As escolas devem garantir aos seus alunos direitos fundamentais como o de expressarem e preservarem seus valores culturais, portanto, é necessário que algumas concepções estejam bem definidas e, assim, possam ser adequadas à variedade étno-linguístico-cultural, em especial nas regiões de fronteira que se sobressaem no ambiente Amazônico, como é o caso de Rondônia/Bolívia. Diante desta perspectiva, faz-se urgente uma reflexão capaz de permear a prática dos professores de Língua Portuguesa no que se refere a estas comunidades de fala tão especialmente variadas. A partir desta tomada de consciência, sentimos possível a definição de metas e objetivos necessários à convivência não conflituosa, com destaque para a extirpação de preconceitos linguísticos, bem como para com as diversidades e divergências culturais, prática

combatida por (William Labov, 1966), em seus estudos para extirpar a concepção preconceituosa da incapacidade de aprendizagem justificada pela cor da pele e pelo contexto social das comunidades negras dos guetos americanos.

O lugar da Amazônia nesse novo milênio está relacionado com a manutenção das atividades tradicionais e do conhecimento empírico da população local sobre a região, devido à importância de sua biodiversidade, da água potável e do sequestro de carbono realizado pela floresta. Fala-se em um capital natural que deve ser mantido e preservado e por isso o desenvolvimento local endógeno surge como opção de um modelo de desenvolvimento econômico, que traga maior segurança aos recursos, à sociedade e à floresta, além de menores desigualdades sociais e regionais, ou seja, um desenvolvimento de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”. Nesse sentido, Língua, Cultura e Sociedade – conceitos Sociolinguísticos – tornam-se como que uma só meta prevista para a integração das migrações através de uma bem preparada Educação em Português, inicialmente, por ser a Língua-Mãe, e, posteriormente, como parâmetro de comparação e valorização de todas as demais línguas e dialetos em contato. Nesse sentido, ousamos afirmar que é impensável um curso de Formação de Professores para o Ensino de Língua Portuguesa que não tenha como prioridade considerar a diversidade e heterogeneidade linguística e social do país. Em Rondônia, é como se tal heterogeneidade e diversidade sócio-linguístico-cultural tivessem migrado para um mesmo local. É como se todo o país mandasse representantes linguísticos para construir uma nova sociedade, na qual inserem-se as crianças da rede pública de ensino. Neste caso, urge introduzir novos conceitos quando nos referimos à diversidade dos povos que habitam especificamente o Estado de Rondônia, caracterizado, sobretudo, por migrantes e imigrantes com sua cultura e linguagem convivendo com outra cultura e também falares diferentes. Em primeiro lugar, faz-se urgente considerar que a variação linguística presente nas salas de aula dessas terras de migrantes, não é só dos alunos. Também o professor é um migrante, com variação própria, com identidade linguística também marcada. Mas, é no momento em que o aluno usa flagrantemente uma regra não-padrão e o professor intervém, fornecendo a variante-padrão, (ou que o professor julga ser “padrão”) que as duas variedades se justapõem em sala de aula. E aí estabelece-se a “lei do mais forte”. Como o professor é considerado o detentor do saber da escola, será a variante do aluno a que será considerada como “erro de português”. Deste modo, o estudo, na universidade, da disciplina de sociolinguística, supriria essa lacuna presente nos cursos de Pedagogia e de Letras, sobretudo no contexto da Amazônia. É nesse contexto, também, que devemos refletir sobre o que nos ensina (Morin, 2001), quando lança um alerta emblemático, na verdade um chamamento de todos para a construção de um novo paradigma, ensinando-nos que é necessário aprender a “estar aqui” no planeta.

Aprender a estar aqui significa: aprender a viver, a dividir, a comunicar, a comungar; é o que se aprende somente nas – e por meio de – culturas singulares. Precisamos, doravante, aprender a ser, viver, dividir e comunicar como humanos do Planeta Terra. Não mais somente pertencer a uma cultura, mas, também, ser terrenos. Devemos nos dedicar, não só a dominar, mas a condicionar, melhorar, compreender. Assim, sem nos distanciarmos da convicção de que a formação inicial da Educação em Português é apenas o começo de uma longa caminhada, a ser complementada pela formação continuada desenvolvida pelas escolas, elegemos uma formação profissional onde a teoria e prática sejam momentos indissociáveis do ensino de línguas, e que a pesquisa em Linguística Aplicada seja o pano de fundo, o fio condutor do pensar e fazer pedagógicos direcionados às migrações com as quais haveremos de construir, sempre, uma Amazônia mais humana e mais justa. Acreditamos que, nesse sentido, será possível, sempre, ensinar e aprender, com prazer, junto aos povos do Portal da Amazônia.

O contato entre os inúmeros dialetos da Língua Portuguesa, no Portal da Amazônia, e o contato desses dialetos com as línguas indígenas locais, como pode-se perceber, provocam uma relação conflituosa que gera, inevitavelmente, maior possibilidade de ofender e de ser ofendido. As manifestações de ofensas tornam-se mais visíveis no ambiente escolar, onde, ainda que inconscientemente, o ensino da Língua Portuguesa tem contribuído imensamente para a implantação do preconceito linguístico. A escola está ali, lutando para implantar uma Língua Portuguesa só possível nas gramáticas normativas, confundindo escrita e fala, confirmando essa infeliz condição social do migrante e do indígena discriminados. Os filhos dos migrantes estão lá, cabisbaixos nos bancos escolares, assumindo o que já sabiam quando saíram de casa para irem às escolas: são inferiores para a linguagem escolar. Não sabem falar, não sabem dizer, não sabem expressar, não sabem nada, mas sabem obedecer e aceitar, concordando ou não. Nos bancos escolares ouvirão falar em cidadania, mas, parece que a palavra não lhes pertence. Cidadania será uma palavra e, talvez uma ação que pertence aos que falam “bem” e “corretamente” a Língua Portuguesa. E, o pior de tudo, como ao ir para a escola já eram inferiores, ela, a escola, não conseguiu tirá-los deste patamar. Afinal, eles

precisavam faltar às aulas, precisavam trabalhar com a família, precisavam lutar pelo pão de cada dia. O ensino elitizado brasileiro não consegue “ajudá-los”. Ou melhor, eles é que não conseguem alcançá-lo. (É mais cômodo, mais confortável pensar assim). Na verdade, nos parece, a atitude de ensino elitizado da escola é mais uma forma de ofensa à população indígena, migrante ou imigrante. Coloca-os sempre em situação de inferioridade, ainda que as palavras utilizadas pretendam apresentar um caráter de neutralidade.

Não há palavras neutras. Todas ganham (ou perdem) cargas de significado a partir de seus pontos de produção e de recepção, pois impregnam-se de matizes, de ideologias e de intenções subjacentes oriundas do lugar cultural e social de quem fala. Elas não são integralmente assimiladas pelo destinatário, ainda que pertencente ao mesmo estatuto do emissor, que dirá se dele for diverso como o são indígenas, migrantes, quilombolas e imigrantes em relação ao professor de Língua Portuguesa

Refletir sobre Formação de Professores, Ensino de Língua Materna, ferramentas instrucionais, entre outros, significa compreender que há os que acreditam firmemente que o Ensino de Língua Portuguesa deveria restringir-se à ditadura da gramática de Língua Portuguesa Européia, desconsiderando, totalmente, usos gramaticais que nem mesmo Portugal observa mais, além de não considerar que o saber gramatical não é estático, nem definitivo.

Acreditamos que o saber da língua Portuguesa não pode ser apenas um saber ortográfico, um saber normativo. É nesse sentido que a linguística rompe as barreiras do arcaísmo e chama-nos a questionar o que lemos, o que escrevemos, para quem escrevemos e em que situação social o fazemos.

Estudar uma língua significa compreender que ela será sempre o resultado de uma complexa transformação histórica, que se caracteriza no tempo e no espaço, por uma série de tendências que se vão diversamente efetuando aqui e além. O acúmulo e a integral realização de uma língua dependerá de condições sociológicas, pois, como defendemos, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças da língua. Estudar uma língua é também estudar seu passado, sua história, suas fases anteriores. A história das línguas românicas, por exemplo, se entrosa com a do latim e a deste, através do itálico, vai acabar no Indo-Europeu. Basta verificarmos os registros históricos e logo descobriremos que o latim falado no tempo de Ênio não é o mesmo dos contemporâneos de Cícero, nem o desse tempo é idêntico ao de São Jerônimo. O português de onde D. Dinis extraía as suas cantigas de amor e de amigo não é o mesmo português de Camões, nem o deste é o mesmo de Herculano.

O fato mesmo de ser imprescindível instrumento de comunicação acarreta mudança à língua: as palavras mais frequentemente usadas são também as que mais transformações sofrem. Grupos de palavras acabam por se aglutinar e o desgaste vai provocando reações. Por isso, a todo instante surgem inovações, cujo destino vai depender da estrutura social, ou seja, vai depender da força de como a língua, como instituição, se impõe aos indivíduos. Parece-nos, portanto, que não há como separar, entre os povos, a Língua, a Cultura e a Sociedade. Nesse sentido, o homem é responsável direto pela construção e reconstrução da sua Língua-Mãe e esta, ao mesmo tempo em que é formada pelos Homens, é também responsável pela formação cultural daqueles que dela fazem uso.

A partir da constatação de que a valorização da diversidade linguística é imprescindível para que, nas escolas, os educandos se sintam valorizados e acolhidos, bem como para que aprendam a valorizar e a acolher, afirmamos e acreditamos que não há disciplina escolar que mais se volte para essa temática do que o ensino da Língua Materna, neste caso da Língua Portuguesa, não só pelo conteúdo que encerra, mas também pela dinâmica desta no contexto educativo; afinal, é através da Língua Portuguesa que aprendemos a ler e a escrever, a nos relacionar com os outros, a aprender as outras disciplinas. É com essa maravilhosa Língua Portuguesa que fazemos todas as nossas aprendizagens ao longo da vida.

Em terras de grandes processos migratórios, como é o caso do Brasil, inicialmente, e do Estado de Rondônia, particularmente nossa área de maior interesse investigativo, a variação linguística é, infelizmente, ainda ancorada em inúmeros preconceitos: sócio-econômicos, religiosos e culturais de modo geral. O educando, filho de migrantes ou de nativos locais, inicia um processo de perda de identidade, muitas vezes irreversível, porque é quase sempre colocado frente às situações onde o professor insiste em iniciá-lo na prática da língua, anulando e, muitas vezes criticando, embora com grande “boa intenção”, (assim como a mãe quando não nos deixa brincar) todo o conforto linguístico que este educando trouxe de casa. Em algumas situações aquele educando “tagarela” lá de casa começa por inibir-se, sendo mesmo confundido com pessoas naturalmente tímidas, e, inevitavelmente, torna-se um aluno com grandes “dificuldades” para a aquisição da leitura e da escrita que a escola tem o dever de ensinar. Já não há a intimidade da língua de casa. O aluno agora habita um mundo de muitas linguagens. O interessante é que ele, o aluno, compreende essas outras linguagens, mas, a escola não compreende a sua e tenta substituí-la, colaborando em grande escala

para a perda da sua identidade, portanto, para a perda da sua liberdade linguística. Aos poucos vai perdendo a identidade e a liberdade de expressão. Inicia-se o doloroso processo da perda do seu mais precioso bem: a sua linguagem. E, infelizmente, esse doloroso processo ocorre, inicialmente, é mesmo na escola. Escola, lugar dos nossos sonhos de descoberta do mundo, lugar de experiências que deveriam ser sempre prazerosas; lugar onde, e aqui falo do interior do Brasil, das regiões de grande fluxo migratório, infelizmente, aprendemos o que significa o preconceito linguístico, que é apenas uma máscara de todos os demais preconceitos. Escola, lugar onde começamos por questionar a linguagem dos nossos pais, da nossa família, especialmente se humilde, pobre, migrante, imigrante, diferente. Escola, espaço que deveria privilegiar a liberdade linguística, mas que não sabe muito bem o que fazer com a diversidade das linguagens presentes nas salas de aula. Escola que camufla os preconceitos sociais desvalorizando a expressão verbal... e isso é apenas o começo: depois, a sociedade encarregar-se-á de difundir e cultivar este mesmo preconceito linguístico, pois, afinal de contas, a escola descobriu a “fala errada”, “feia”, “pobre” ...e, para a sociedade, a escola é, sempre e sempre, a dona do “saber”.

Acreditamos que nossos alunos migrantes / imigrantes / indígenas não eliminarão as construções que classificamos como “erradas”, seja de fala ou de escrita, simplesmente com o trabalho bem intencionado do professor. A preocupação do professor em expor nomenclaturas gramaticais e sistematizar “regras” para o bem falar e o bem escrever, precisam considerar que, na aquisição da linguagem, seja falada ou escrita, há de se levar em conta o ensino/aprendizagem como o lugar do “ser” do qual fala Ançã (2007). Nesse sentido acreditamos que o professor de Língua Materna é alguém que optou por conhecer sua própria língua tanto na teoria quanto na prática, e por compartilhar esse conhecimento com indivíduos em formação. Portanto, o processo de aquisição de uma linguagem, seja a classificada como “cultura” ou outra qualquer, há de considerar as experiências desse indivíduo em formação. Afinal, esse indivíduo não é, como já se supôs, uma “folha em branco” que vai à escola para aprender a falar. E teremos de nos lembrar, também, que a aprendizagem dessa língua será para sempre, ao longo da vida. Não é um fato consumado. Ao assim aprendermos, descobriremos o prazer de Ensinar e Aprender a nossa Língua-Mãe. Estar-se-á, portanto, aplicando-se os conhecimentos da Sociolinguística ao prazer de ensinar e aprender uma língua, inclusive no Laboratório Linguístico da Amazônia.

Ao final desse trabalho, pretendemos que as vozes nele contidas possam, de alguma forma, iluminar, efetivamente, as práticas de sala de aula do Ensino Fundamental e Médio, do Ensino Básico em geral, de tal modo que possamos afastar o risco de termos a adoção da Formação dos Professores de Língua Portuguesa, como objeto primordial da qualidade de ensino, somente mais um modismo pedagógico, incorporado por uma elite privilegiada ou confinado aos muros das universidades e/ou às paredes dos gabinetes.

Referências Bibliográficas

ANÇÃ, Maria Helena. (2007) *Línguas maternas e Língua materna*. In: UA on line. 21 de Fevereiro de 2007. Web site: www.dte.ua.pt

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referenciais para a formação de professores*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares nacionais de Língua Portuguesa*. Brasília: MEC, 1996.

FREIRE, P. (2000). *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

MORIN, Edgar. *Os Sete saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez. 2001.

OLIVEIRA, G. M. (Org.). *Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos – Novas Perspectivas em Política Linguística*. Campinas: Associação de Leitura do Brasil: Mercado de Letras, 2003.